

MICHEL FOUCAULT E EDWARD SAID: DISCURSO, ARQUIVO E AUTORIA EM *ORIENTALISMO* (1978)

MICHEL FOUCAULT Y EDWARD SAID: DISCURSO, ARCHIVO Y AUTORÍA EN
ORIENTALISMO (1978)

MICHEL FOUCAULT AND EDWARD SAID: DISCOURSE, ARCHIVE, AND AUTHORSHIP IN
ORIENTALISM (1978)

Jade Luiza Andrade Ferraz*

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Francisca Carolina Lima da Silva**

Universidade Federal do Piauí

RESUMO: *Orientalismo* (de 1978), de Edward Said, é uma obra seminal para compreender os modos pelos quais o “Oriente” foi historicamente produzido no Ocidente como objeto de saber, representação e política, e é considerada o gesto inaugural dos estudos pós-coloniais. Na crítica à naturalização da dicotomia Oriente/Ocidente, o orientalismo figura como um conjunto de enunciados, de instituições e de formas de autoridade que tornam o Oriente representável, inteligível e governável. Este trabalho examina a interlocução específica entre Said e Michel Foucault, tomando *Orientalismo* como objeto privilegiado para observar o funcionamento das categorias foucaultianas de “discurso” e “arquivo”, formuladas em *A arqueologia do saber*. Argumenta-se que Said mobiliza o conceito de discurso para descrever regularidades enunciativas dispersas, mas vinculadas, que atravessam literatura, ciência, política, economia e historiografia. De modo correlato, evidencia-se que Said utiliza a noção de arquivo compatível com a definição foucaultiana de arquivo como “lei do que pode ser dito”, compreendendo-o como princípio de acumulação e memória que formula repertórios e regimes de verdade sobre o Oriente ao longo do tempo. Por fim, discute-se o ponto de afastamento entre ambos: enquanto Foucault concebe o autor como função histórica variável e descentrada da individualidade empírica, Said reinscreve a responsabilidade intelectual e política do autor individual no funcionamento do discurso orientalista.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos pós-coloniais. Discursividade. Formação discursiva. Análise do discurso.

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: jade.ferraz.069@ufrn.edu.br.

** Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Ceará. Professora vinculada ao Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Piauí, Campus Universitário Ministro Petrônio Portella. E-mail: francisca.carolina@ufpi.edu.br

RESUMEN: *Orientalismo* (1978), de Edward Said, es una obra seminal para comprender las formas en que el “Oriente” fue históricamente producido en Occidente como objeto de conocimiento, representación y política, y es considerada un texto fundacional de los estudios poscoloniales. En su crítica a la naturalización de la dicotomía Oriente/Occidente, el orientalismo se configura como un conjunto de enunciados, instituciones y formas de autoridad que hacen que Oriente sea representable, inteligible y gobernable. Este trabajo examina la interlocución específica entre Said y Michel Foucault, tomando *Orientalismo* como objeto privilegiado para observar el funcionamiento de las categorías foucaultianas de “discurso” y “archivo”, formuladas en *La arqueología del saber*. Se sostiene que Said moviliza el concepto de discurso para describir regularidades enunciativas dispersas, pero vinculadas entre sí, que atraviesan la literatura, la ciencia, la política, la economía y la historiografía. De manera correlativa, se evidencia que Said emplea la noción de archivo de manera compatible con la definición foucaultiana del archivo como “ley de lo que puede decirse”, comprendiéndolo como principio de acumulación y memoria que configura repertorios y regímenes de verdad sobre Oriente a lo largo del tiempo. Finalmente, se discute el punto de distanciamiento entre ambos: mientras Foucault concibe al autor como una función histórica variable y descentrada de la individualidad empírica, Said reinscribe la responsabilidad intelectual y política del autor individual en el funcionamiento del discurso orientalista.

PALABRAS CLAVE: Estudios poscoloniales. Discursividad. Formación discursiva. Análisis del discurso.

ABSTRACT: Edward Said's *Orientalism* (1978) is a seminal work for understanding the ways in which the “Orient” was historically produced in the West as an object of knowledge, representation, and politics, and is considered a foundational gesture of postcolonial studies. In its critique of the naturalization of the East/West dichotomy, *Orientalism* emerges as a set of statements, institutions, and forms of authority that make the Orient representable, intelligible, and governable. This paper examines the specific dialogue between Said and Michel Foucault, taking *Orientalism* as a privileged object for observing the functioning of the Foucauldian categories of “discourse” and “archive,” formulated in *The Archaeology of Knowledge*. It is argued that Said mobilizes the concept of discourse to describe dispersed yet interconnected enunciative regularities that traverse literature, science, politics, economics, and historiography. Correlatively, it is shown that Said employs the notion of archive in a manner compatible with Foucault's definition of the archive as the “law of what can be said,” understanding it as a principle of accumulation and memory that formulates repertoires and regimes of truth about the Orient over time. Finally, the point of divergence between the two thinkers is discussed: whereas Foucault conceives of the author as a variable historical function, decentered from empirical individuality, Said reinscribes the intellectual and political responsibility of the individual author within the functioning of Orientalist discourse.

KEYWORDS: Postcolonial Studies. Discursivity. Discursive Formation. Discourse Analysis.

1 INTRODUÇÃO

Orientalismo (de 1978), de Edward Said, é uma obra indispensável para a análise dos modos pelos quais o “Oriente” foi produzido ao longo da história como objeto de saber no Ocidente, sendo frequentemente associada ao gesto inaugural dos estudos pós-coloniais (Said, 1990). Ao sustentar que o Oriente não é um dado empírico natural, Said (1990) define o orientalismo como um conjunto de enunciados, de instituições e de formas de autoridade que tornam o Oriente representável, administrável e dominável. Com isso, a análise desloca-se do exame de imagens ou de supostos equívocos de representação para a investigação das condições históricas de produção discursiva acerca de territórios, populações inteiras e culturas.

A relevância desse deslocamento ultrapassa o plano historiográfico à medida que envolve um problema teórico-metodológico relativo à estabilização de objetos, sujeitos e diferenças por meio de regimes de enunciação que produzem efeitos duráveis no plano político, sociocultural e subjetivo, em convergência com a problematização foucaultiana das relações entre discurso, saber e poder. Em *Orientalismo*, a crítica de Said (1990) incide sobre a naturalização da dicotomia Oriente/Ocidente, recorrente na literatura, na ciência, na política e nos veículos de comunicação, que converte diferenças históricas em essências culturais. Nesse sentido, o texto apresenta fundamentos teórico-metodológicos para análise de como repertórios linguísticos e formas de autoridade erudita atuam na legitimação de projetos coloniais, empreendimentos imperiais e desigualdades simbólicas sobre o Oriente ao longo dos séculos.

A aproximação entre Said e Foucault tem sido discutida na literatura especializada, que reconhece tanto afinidades quanto distanciamentos entre seus projetos teóricos. Estudos como o de Racevskis (2005) e leituras de síntese, como a de Hiddleston (2009),

indicam que Said mobiliza categorias foucaultianas associadas à análise do discurso, ao mesmo tempo em que reinscreve questões relativas à autoria e à responsabilidade política da produção intelectual. Outros trabalhos, como o de Legg (2013), chamam atenção para os limites da analítica foucaultiana quando confrontada com a constituição histórica entre Europa e colônias, deslocamento que Said (1990) faz ao estender a análise discursiva ao campo imperial.

Nessa seara, este trabalho propõe um recorte específico dessa interlocução, tomando *Orientalismo* como obra privilegiada para observar o funcionamento dos conceitos foucaultianos de “discurso” e “arquivo” e seus efeitos na organização da análise de Said (1990). A questão que orienta o estudo é: de que modo essas categorias operam em *Orientalismo* e em que ponto sua mobilização encontra limites quando Said (1990) lida com problema da autoria e da função-autor? Com esse objetivo, examina-se (1) como “discurso” e “arquivo” estruturam a leitura de Said (1990) sobre o orientalismo e (2) como a noção de autor, concebida por Foucault como função histórica, é reconfigurada por Said (1990) a partir da responsabilidade intelectual e das coações político-institucionais que atravessam o plano discursivo sobre o Oriente.

Para o referido propósito, o trabalho faz uma análise teórico-conceitual baseada na leitura combinada de *A arqueologia do saber* (Foucault, 2008) e *Orientalismo* (Said, 1990), retornando às definições de “discurso” e “arquivo” em Foucault e a observação de seus usos e deslocamentos em Said. Em seguida, a discussão se concentra no problema da autoria, contrastando a função-autor em Foucault com a ênfase de Said no autor individual e em sua inscrição histórica e política. A trajetória analítica nos possibilita indicar de que modo *Orientalismo*, ao mesmo tempo em que se apoia no instrumental foucaultiano, reorienta-o ao incorporá-lo a um problema que não estava no centro da arqueologia foucaultiana.

2 ORIENTALISMO: OBJETO, ESCOPO E IMPLICAÇÕES ANALÍTICAS

Revisitar *Orientalismo* (de 1978), de Said, mostra-se particularmente urgente diante da persistência e do recrudescimento das disputas políticas, crises humanitárias e crises dos pactos internacionais que continuam a bipartir política e simbolicamente o Ocidente e o Oriente já no século XXI, como se observa de modo dramático na colonização do território palestino perpetrada por Israel, reiteradamente denunciada pelo autor, que jamais recuou de sua postura de intelectual profundamente engajado.

A leitura de Said (1990), em consonância com pressupostos de Michel Foucault, dimensiona esses acontecimentos, que não ocorrem isolados, tampouco se esgotam na esfera militar ou geopolítica imediata, e são sustentados por regimes discursivos que produzem hierarquias, legitimam assimetrias de poder e naturalizam a violência sob a aparência de empreitadas democráticas ou civilizacionais. Ao notabilizar como o Oriente foi historicamente constituído como objeto passível de tutela, ao mesmo tempo em que figura uma ameaça ou sinônimo de atraso relativo ao Ocidente, Said (1990) elaborou instrumentos críticos para analisar a forma como narrativas contemporâneas reiteram essa matriz orientalista, obscurecendo a dimensão colonial das formas de sujeição e reduzindo populações inteiras à condição de problema ou exceção.

Edward Said (1935–2003) foi um intelectual palestino cuja atuação se deu na interseção entre crítica literária, teoria cultural e militância política. Formado no campo da literatura comparada, fez sua trajetória intelectual a partir de uma posição marcada pela experiência de deslocamento e pela condição diaspórica associada à sua ascendência árabe-palestina, bem como pela crítica às formas hegemônicas de produção de conhecimento. A particularidade dessa conjunção histórica, identitária e institucional está além de um dado meramente biográfico; trata-se um elemento relevante para compreender o modo como o autor pensou as relações entre cultura, poder e representação, principalmente no que se refere à produção ocidental de saberes sobre o Oriente.

Publicado em 1978, *Orientalismo* tornou-se a obra mais conhecida de Said e um ponto-chave nos debates sobre cultura, imperialismo e conhecimento, sendo frequentemente associado à gênese dos estudos pós-coloniais. A tese central do livro sustenta que o Oriente, tal como é concebido no Ocidente, não corresponde a uma realidade pré-discursiva, e sim a um objeto historicamente produzido por práticas intelectuais, artísticas e políticas que o definem como alteridade radical – “uma invenção do Ocidente” (Said, 1990). Desde sua publicação, a obra tem sido objeto de controvérsias no meio acadêmico, suscitando críticas relativas tanto a escolhas

metodológicas quanto a recortes históricos e bases teóricas, questões sintomáticas de sua circulação contínua e a centralidade que ocupa nas discussões sobre os modos de produção do conhecimento ocidental acerca do Oriente.

Apesar das controvérsias, *Orientalismo* exerceu (e ainda exerce) influência imprescindível sobre pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Humanas, incluindo, evidentemente, estudiosos vinculados aos chamados estudos orientalistas, no campo dos estudos culturais. A circulação da obra para além de fronteiras disciplinares sobreleva sua capacidade de diálogo com múltiplos domínios do saber. Nesse contexto, a própria noção de orientalismo ocupa lugar incontornável na argumentação de Said (1990), que propõe compreendê-la a partir de três definições interdependentes, formuladas ao longo da obra:

A primeira acepção de orientalismo corresponde a uma designação acadêmica. Segundo Said (1990, p. 14), “[...] qualquer um que dê aulas, escreva ou pesquise sobre o Oriente [...] nos aspectos específico ou geral, é um orientalista, e aquilo que ele ou ela faz é orientalismo”. Nessa perspectiva, o orientalismo se perpetua no âmbito acadêmico por meio de teses, doutrinas e campos de saber que tomam o Oriente como objeto de estudo. Assim, Said (1990) chama atenção para o fato de que a produção de conhecimento não é inocente nem neutra, como frequentemente se supõe, mas participa de processos mais amplos de legitimação de determinadas formas de ver e compreender o Oriente.

O orientalismo pode ser compreendido, ainda, como um modo de pensamento fundado em distinções ontológicas e epistemológicas entre “Oriente” e “Ocidente”. De acordo com Said (1990), muitos escritores e pensadores aceitaram e reforçaram essa divisão binária, frequentemente apresentada como antagônica, ao elaborarem teses, romances, teorias e tratados que tomam o Oriente como objeto de descrição e interpretação. Desse conjunto heterogêneo de produções, resulta a constituição de um arquivo sobre o Oriente, seus povos, costumes e formas de vida, sobretudo, muitas vezes, representados de modo estereotipado. Entre os autores mencionados por Said (1990), encontram-se figuras que vão de Victor Hugo a Karl Marx, este último já situado como alvo de crítica desde a epígrafe da obra.

O orientalismo é funciona como uma instituição organizada para “lidar” com o Oriente, conforme define Said ao caracterizá-lo como uma instância voltada a “[...] negociar com o Oriente” (Said, 1990, p. 15). Essa dimensão institucional opera, ao menos desde o século XVIII, sobretudo, ainda que não exclusivamente, por meio das investidas imperialistas da França e da Inglaterra e, posteriormente, dos Estados Unidos. Nesse contexto, a relação estabelecida entre Ocidente e Oriente assume um caráter estruturalmente assimétrico, no qual a produção de descrições, de classificações e de intervenções se ancora em práticas de poder e em exercícios de dominação.

Said (1990) sustenta que o Oriente não é um dado a priori, tampouco uma simples coleção de erros, fantasias ou distorções produzidas pelo Ocidente. O Oriente emerge, antes, como um objeto historicamente situado de saber, cuja inteligibilidade é produzida e estabilizada por práticas eruditas amplamente difundidas em âmbitos institucionais, categóricos, culturais e científicos diversos. Assim, instauram-se formas de conhecimento sobre o Oriente a fim de sustentar relações assimétricas de poder, por meio das quais o Ocidente se legitima como produtor de sentidos autorizados, de descrição, de interpretação e de intervenção.

O conceito de orientalismo, tal como formulado por Said (1990), desloca a análise das representações isoladas para a consideração das condições históricas que tornam determinados enunciados possíveis, legítimos e assumidos como verdade. O orientalismo passa, assim, a designar um conjunto de saberes, práticas e regularidades enunciativas que busca determinar modos recorrentes de dizer e conhecer o Oriente. É nesse nível que se torna pertinente aproximar essa formulação dos pressupostos foucaultianos sobre discurso, saber e poder, permitindo situar o orientalismo como um objeto passível de análise discursiva.

Em se tratando dos regimes de verdade, ao longo da obra de Said (1990), a noção de verdade aparece desvinculada de qualquer concepção universal ou transcendental, e é compreendida como efeito histórico de práticas discursivas situadas. Essa concepção aproxima-se da reflexão de Michel Foucault, para quem a verdade deve ser analisada como um sistema histórico de obrigações, isto é, como aquilo que, em determinado contexto, passa a funcionar como verdadeiro e a produzir efeitos de sujeição. Nessa perspectiva, a verdade não se define primariamente por seu conteúdo epistemológico, mas por sua capacidade de organizar vínculos, deveres e formas de reconhecimento, que delimita o campo do dizível e do pensável.

É um ponto de encontro entre o pensamento de Said e de Foucault, que se torna evidente ao analisar o orientalismo como os saberes (ou pressuposições) que se impõem como conhecimento autorizado sobre o Oriente, Said (1990) notabiliza o funcionamento de regimes de verdade que o produzem como objeto cognoscível, administrável e governável. O saber orientalista institui critérios de verificação a partir dos quais determinadas descrições se tornam reconhecidas como válidas, enquanto outras são desqualificadas ou silenciadas. Nesse sentido, o orientalismo decide aquilo que Foucault (2002, p. 18) chamara de “discurso verdadeiro” - como um sistema de exclusão - sobre o Oriente e como devem circular com força e com distribuição institucional (Foucault, 2002). Isso produz efeitos de longa duração tanto na produção acadêmica quanto nas práticas políticas e midiáticas.

A aproximação entre verdade e subjetividade, tal como formulada por Foucault, enseja o aprofundamento da análise proposta por Said (1990) por transportar o foco para os efeitos de subjetivação desses regimes de verdade. Para Foucault (2016), a subjetividade não precede a verdade, mas se forma na relação com discursos que exigem reconhecimento, adesão ou submissão por parte dos sujeitos. Aplicada ao orientalismo, essa chave analítica fornece ferramentas teórico-metodológicas que possibilitam atinar para como sujeitos - orientais e ocidentais - são interpelados por discursos que definem identidades, posições e hierarquias, produzindo modos específicos de se perceber, de se narrar e de ser reconhecido. Assim, o orientalismo não somente organiza um saber sobre o Oriente, como participa da produção de subjetividades ao inscrever indivíduos e coletividades em um campo de verdade que condiciona tanto a experiência de si quanto a relação com o outro.

3 DISCURSO, FORMAÇÃO DISCURSIVA E POSITIVIDADE EM MICHEL FOUCAULT

Apesar de lhe ser frequentemente atribuída a alcunha de “teórico do discurso”, Foucault não partiu, em sua trajetória intelectual, da intenção de formular uma teoria geral do discurso (Foucault, 1995). A reflexão foucaultiana sobre o discurso delinea-se progressivamente à medida que o autor se volta para a historicidade dos dizeres e das práticas sociais, e interrogando as condições que tornam determinados enunciados possíveis em determinado horizonte histórico de significação. É em *A arqueologia do saber* que essa problematização se apresenta de modo mais sistemático, quando o filósofo desloca a análise do plano das ideias ou intenções para o das regularidades que organizam a produção discursiva (Foucault, 2008).

Para Foucault, o discurso caracteriza-se fundamentalmente pela dispersão. Os discursos são pensados no plano da singularidade: ainda que apresentem semelhanças temáticas ou formais, cada acontecimento discursivo é único, pois se constitui como um enunciado efetivamente produzido em determinado momento histórico. Desse modo, o acontecimento discursivo não se reduz à mera repetição de um conteúdo, embora ela ocorra como comentário com ares de novidade mesmo na repetição, mas deve ser apreendido a partir das condições que possibilitam sua emergência e circulação, conforme indica:

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros (Foucault, 2008, p. 28).

Para apreender a irrupção do acontecimento discursivo, Michel Foucault propõe o método arqueológico, entendido, em suma, como um procedimento de investigação das condições histórico-sociais que possibilitam o surgimento de determinados discursos, em dado momento, em detrimento de outros. A arqueologia ocupa-se, assim, de acontecimentos discursivos dispersos e heterogêneos, considerados na situação de sua ocorrência (Gregolin, 2004). Conforme formula o próprio Foucault, a arqueologia busca revelar “[...] o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso que têm, eles próprios, seu tipo de historicidade e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas” (Foucault, 2008, p. 186).

Said (1990) mobiliza o conceito de discurso, tal como elaborado por Michel Foucault, para analisar o fenômeno que denomina “orientalismo”, essa instituição de saberes ocidentais produzidos acerca do Oriente e direcionadas para a constituição de relações de poder fundadas na dicotomia Ocidente/Oriente. Sobre isso, o autor afirma:

A minha alegação é que, sem examinar o orientalismo como um discurso, não se pode entender a disciplina enormemente sistemática por meio da qual a cultura europeia conseguiu administrar, e até produzir, o Oriente política, sociológica, ideológica, científica e imaginativamente durante o período pós-Iluminismo (Said, 1990, p. 15).

Já no primeiro capítulo de *Orientalismo*, intitulado *O âmbito do orientalismo*, Said analisa um excerto de discurso proferido por Arthur James Balfour, então Primeiro-Ministro do Reino Unido, na Câmara dos Comuns, em 1910. Na ocasião, Balfour justificava a ocupação britânica do Egito e sustentava o argumento de que a Inglaterra detinha maior conhecimento sobre o país do que os próprios egípcios, associando o saber à legitimidade do domínio colonial. A esse respeito, Said (1990, p. 43) observa que “[...] o conhecimento britânico sobre o Egito é o Egito para Balfour”.

O discurso de Arthur James Balfour pode ser lido como um acontecimento discursivo no âmbito da produção ocidental de saberes e poderes sobre o Oriente. Tomar, contudo, um único acontecimento como totalidade e identificá-lo diretamente ao “orientalismo” não seria suficiente do ponto de vista analítico. É nesse sentido que o discurso de Balfour consiste em “apenas” um acontecimento entre outros que compõem o discurso do orientalismo. Assim, Said (1990) o vincula a uma série de enunciados dispersos, aparentemente desvinculados entre si – tanto pelo conteúdo quanto pela forma –, mas que compartilham princípios de regularidade temática e inscrição nas relações de saber e poder sobre o Oriente. Como exemplo, o autor estabelece aproximações entre o discurso de Balfour e textos de Shakespeare, Byron e Marx, uma vez que todos recorrem ao termo “oriental” para designar povos, mentalidades, personalidades, narrativas ou mesmo modos de produção definidos em oposição ao Ocidente.

Segundo Michel Foucault, os acontecimentos discursivos mantêm-se em constante articulação com outros enunciados, uma relação, embora paradoxal, entre a singularidade e repetição. Essa relação, porém, não ocorre de forma aleatória, pois é regulada por regras de formação que tornam possível identificar regularidades no interior da dispersão discursiva. A identificação dessas regularidades entre enunciados é precisamente o que permite delimitar uma formação discursiva, conceito desenvolvido mais precisamente em *A arqueologia do saber* (Foucault, 2008). Para o filósofo:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (Foucault, 2008, p. 43).

Dessa forma, quando Edward Said designa o “orientalismo como um discurso”, trata-se de compreendê-lo como uma formação discursiva “[...] enormemente sistemática por meio da qual a cultura europeia conseguiu administrar — e até produzir — o Oriente” (Said, 1990, p. 15). O orientalismo atravessa diferentes disciplinas e domínios do conhecimento, manifestando-se em enunciados midiáticos, produções estéticas e historiográficas, bem como em escritos científicos e econômicos. Trata-se de um tipo de discurso que se organiza pela diferença e sustenta a sujeição do Oriente ao Ocidente:

Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam (Foucault, 2008, p. 30).

Quando se debruça sobre a análise dos discursos como acontecimentos históricos, Michel Foucault (2008) reposiciona o foco interpretativo de unidades, digamos, “tradicionais” — como a obra, o autor ou o campo disciplinar — para o plano mais amplo da dispersão enunciativa. O ponto de partida da análise não é a intenção subjetiva nem a coerência interna de um texto, mas o conjunto de acontecimentos discursivos que circulam em determinado contexto histórico, independentemente de sua inscrição em gêneros ou domínios específicos. Essa perspectiva pode elucidar por que Said (1990) não distingue, no interior da vasta produção discursiva sobre o Oriente, categorias como “discurso literário”, “discurso jornalístico” ou “discurso político”. Em vez de segmentar os enunciados segundo critérios genéricos ou disciplinares, Said toma como objeto analítico o discurso do orientalismo, que engloba todas essas discursividades.

Na obra de Foucault (2008), a unidade que emerge da articulação entre enunciados dispersos não é pensada como totalidade fechada ou síntese de sentido, mas como um modo específico de coexistência e acumulação discursiva, designado como positividade. Uma positividade corresponde às regularidades sem recorrer à origem, à intenção subjetiva ou a uma teleologia do sentido. Foucault define a positividade nos seguintes termos:

Descrever um conjunto de enunciados, não como a totalidade fechada e pletórica de uma significação, mas como figura lacunar e retalhada; descrever um conjunto de enunciados, não em referência à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito, mas segundo a dispersão de uma exterioridade; descrever um conjunto de enunciados para aí reencontrar não o momento ou a marca de origem, mas sim as formas específicas de um acúmulo, não é certamente revelar uma interpretação, descobrir um fundamento, liberar atos constituintes; não é, tampouco, decidir sobre uma racionalidade ou percorrer uma teleologia. É estabelecer o que eu chamaria, de bom grado, uma positividade (Foucault, 2008, p. 143).

À luz dessa definição, é possível afirmar que o orientalismo se organiza como um tipo específico de positividade. A diversidade de acontecimentos discursivos que integram essa formação – provenientes de campos distintos, diferentes períodos e gêneros – não impede a identificação de regularidades temáticas e funcionais que os vinculam. É essa positividade que fundamenta o orientalismo como formação discursiva relativamente estável, capaz de sustentar, ao longo do tempo, modos recorrentes de descrever, classificar e governar o Oriente.

Identificar uma positividade não implica, necessariamente, localizar um momento inaugural ou uma marca de origem responsável pela geração de uma rede de enunciados sobre um mesmo fenômeno. Ainda assim, Said (1990) destaca um momento histórico como marco da irrupção do discurso orientalista enquanto forma sistemática de produção do conhecimento ocidental sobre o Oriente: a conquista do Egito por Napoleão Bonaparte, em 1798, termo que, por si só, remete a uma empresa imperial de dominação.

Segundo Said (1990), a campanha napoleônica, além da ocupação territorial do Egito, assumiu também um caráter ideológico. Napoleão não se fez acompanhar apenas de tropas, mas de um contingente de cientistas, escritores, geógrafos, filólogos, historiadores e ilustradores, encarregados de observar, classificar e descrever o povo, a cultura, a língua e a geografia egípcias, produzindo vasta documentação escrita e visual. O próprio Napoleão, assim como os “orientalistas acadêmicos” de seu tempo, “conhecia” o Oriente principalmente a partir de um universo textual herdado do período clássico, e não do Egito contemporâneo à campanha, um dado que aponta para as práticas discursivas na formação e na natureza desse conhecimento acumulado.

Nesse contexto, a expedição napoleônica assume, nas análises de Said (1990), a função de acontecimento para observar o funcionamento do orientalismo enquanto produção de um conhecimento positivo sobre o Oriente. Não se trata simplesmente de identificar aí a origem dos discursos orientalistas, mas de reconhecer um momento em que tais discursos se relacionam de maneira sistemática: produz formas de saber, de poder e de intervenção colonial.

Retomando a reflexão foucaultiana sobre o funcionamento dos discursos, Foucault (2002) enfatiza que a produção discursiva não é espontânea, mas sim atravessada por procedimentos que regulam sua circulação, legitimidade e efeitos. Em *A ordem do discurso*, o autor afirma:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2002, p. 8-9).

A partir dessa perspectiva, Foucault (2002) sustenta que todo discurso se constitui em relação a um a priori histórico: um como o conjunto de regras que caracteriza uma prática discursiva e condiciona a emergência de determinados enunciados. Nesse sentido, a campanha napoleônica pode ser apreendida como parte de um a priori histórico que produziu condições de possibilidade para a irrupção de discursos específicos sobre o Oriente – o orientalismo, tal como descrito por Said –, ao encadear procedimentos de saber, práticas institucionais e relações de poder em um mesmo horizonte histórico.

Para Said, o poder e o campo de ação do orientalismo produzem um conhecimento tipificado e estereotipado sobre o Oriente que, ao mesmo tempo em que pretende descrevê-lo e explicá-lo, o reinscreve como objeto fundamentalmente inescrutável. Esse saber se constrói pela atribuição recorrente de qualidades como “misterioso” ou “inacessível”, situando o Oriente para além de qualquer possibilidade plena de compreensão fora da mediação orientalista. Desse modo, a própria produção de conhecimento passa a funcionar como instância autorizada de decifração, algo que reforça a dependência do Oriente em relação aos dispositivos discursivos que o definem. É nesse sentido que Said afirma:

Um resultado feliz disso foi que um número estimável de importantes escritores durante o século XIX era entusiasta do Oriente. É perfeitamente correto, acho, falar de um gênero de escrita orientalista, tal como é exemplificado pelas obras de Hugo, Goethe, Nerval, Flaubert, Fitzgerald e similares. O que acompanha inevitavelmente essas obras, no entanto, é uma espécie de mitologia flutuante do Oriente, um Oriente que deriva não só de atitudes e preconceitos populares contemporâneos, mas também daquilo que Vico chamou presunção das nações e dos eruditos (Said, 1990, p. 63).

No desenvolvimento da reflexão foucaultiana sobre o discurso, destaca-se o conceito de arquivo, fundamental para a análise das condições históricas de produção dos enunciados. O arquivo pode ser compreendido como um sistema de discursividade que opera a mediação entre o a priori histórico e sua efetivação em uma realidade histórica concreta (Simioni, 2016). Trata-se de um dispositivo que confere materialidade e consistência histórica aos acontecimentos discursivos, permitindo que determinados enunciados se estabilizem e adquiram estatuto de realidade.

Foucault (2008, p. 147) define o arquivo como “a lei do que pode ser dito”, afastando-o da ideia de um simples repositório de registros ou de uma massa indiferenciada de discursos. O arquivo organiza relações entre enunciados dotados de regularidades próprias, regulando tanto o que pode ser dito quanto o que deve ser preservado, esquecido ou transformado em tradição (Simioni, 2016, p. 179). É a partir desse sistema que se tornam observáveis pontos de encontro entre enunciados produzidos por autores distintos, como Victor Hugo, Goethe, Nerval, Flaubert, Fitzgerald, Marx, Balfour e o próprio Said.

Tornam-se visíveis, assim, alguns pontos de convergência entre as obras de Said e Foucault, sobretudo no que se refere à compreensão dos discursos como práticas históricas atravessadas por relações de poder. Foucault figura entre os principais interlocutores teóricos mobilizados por Said na feitura de seu quadro analítico, ainda que esse diálogo não seja exclusivo. Em *Orientalismo*, Said (1990) também recorre ao conceito de hegemonia, de acordo com Gramsci, bem como à noção de ideologia, categoria que Foucault evita em função de suas implicações semânticas no interior do marxismo e de seu distanciamento em relação ao projeto arqueológico (Foucault, 2008; Gregolin, 2004).

Esse diálogo, contudo, não é livre de impasses. Embora Said (1990) se aproprie de categorias foucaultianas para analisar o orientalismo como formação discursiva, sua leitura não coincide integralmente com a perspectiva de Foucault, sobretudo no que diz respeito ao estatuto do sujeito e da autoria. É a partir desse ponto que se torna pertinente examinar, de maneira mais detida, a concepção foucaultiana de sujeito, como etapa para a análise da noção de autor.

4 SUJEITO, AUTORIA E FUNÇÃO-AUTOR

Antes de abordar diretamente a autoria, faz-se necessário atinar para a maneira como Michel Foucault formula a questão do sujeito. Em *O sujeito e o poder* (texto de 1984), Foucault retoma esse problema e o identifica como uma questão central de sua trajetória intelectual. Para Foucault, o sujeito não é concebido como origem dos sentidos e transparente a si mesmo, mas como construção histórica marcada pela dispersão, pela descontinuidade e pela inscrição em práticas sociais e discursivas, em contraste com a tradição cartesiana do sujeito racional, centrado.

Em Foucault (2008, p. 61), os sujeitos são seres de linguagem, constituídos por práticas discursivas:

Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão - a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo.

Foucault (1995) afere o sujeito como posição discursiva produzida por práticas de subjetivação historicamente situadas. Assim, o sujeito opera no interior de práticas discursivas e de relações de poder e se constitui, ou é constituído, nos interstícios entre linguagem e história. Nessa perspectiva, não possui estatuto ontológico fixo, mas corresponde a uma condição epistemológica instável, razão mesma pela qual permanece suscetível ao desaparecimento.

Análoga à condição de sujeito enquanto posição discursiva, o autor em Foucault é uma função desempenhada de diferentes maneiras ao longo do tempo. De acordo com o filósofo (Foucault, 2009), houve um tempo (antes do século XVIII) em que os textos que chamamos de “literários” (narrativas, contos, epopeias, tragédias, comédias) dispensavam marcas de autoria e circulavam em anonimato. A escrita era dominada por uma regra imanentemente mediada por dois temas: o tema da expressão e o tema da morte.

No âmbito da expressão, a obra prescinde de marcas autorais, pois se sustenta por si mesma, independentemente de quem a escreve. Já a temática da morte, anteriormente vinculada à obra, foi progressivamente deslocada para o plano da autoria, passando a inscrever-se na figura do autor como figura de sacrifício e apagamento, conforme assinala:

A narrativa, ou a epopeia dos gregos, era destinada a perpetuar a imortalidade do herói, e se o herói aceitava morrer jovem, era porque sua vida, assim consagrada e magnificada pela morte, passava à imortalidade; a narrativa recuperava essa morte aceita. De uma outra maneira, a narrativa árabe - eu penso em *As mil e uma noites* - também tinha, como motivação, tema e pretexto, não morrer: falava-se, narrava-se até o amanhecer para afastar a morte, para adiar o prazo desse desenlace que deveria fechar a boca do narrador. A narrativa de *Shehrazade* é o avesso encarnado do assassinio, é o esforço de todas as noites para conseguir manter a morte fora do ciclo da existência. Esse tema da narrativa ou da escrita feitos para exorcizar a morte, nossa cultura o metamorfoseou; a escrita está atualmente ligada ao sacrifício, ao próprio sacrifício da vida; apagamento voluntário que não é para ser representado nos livros, pois ele é consumado na própria existência do escritor (Foucault, 2009, p. 268).

A escrita, que na Antiguidade grega conferia imortalidade ao herói ou que, no caso de *Shehrazade*, fora o adiamento da morte, passa, na modernidade, a ser associada ao sacrifício da própria vida do escritor – a exemplo de Flaubert, Proust e Kafka, mencionados por Foucault. O autor apaga seus traços de individualidade do texto, e são as noções de obra e de escrita que passam a assegurar sua permanência. Para Foucault, gesto analítico relevante consiste em “[...] seguir atentamente a repartição das lacunas e das falhas e espreitar os locais, as funções livres que essa desapareção faz aparecer” (Foucault, 2009, p. 271).

Nesse ponto há uma diferença significativa entre a noção de autor em Foucault e em Said. Enquanto, para Foucault, o autor é uma função que segue um princípio de unidade exterior à obra, Said atribui relevância à individualidade do autor e à marca de autoria presente naquilo que é enunciado. Apesar de contrário à ideia de que o autor “produz sua obra sozinho e tirando-a de sua mente pura”, Said afirma que, em contrapartida, existe uma resistência – e ele se refere aos estudiosos que se debruçaram sobre a questão da autoria – em admitir “que as coações políticas, institucionais e ideológicas agem sobre o autor individual” (SAID, 1990, p. 25).

Said argumenta que a dominação imperial que atravessa os campos do saber, da imaginação e das instituições eruditas é frequentemente ignorada nos estudos literários, embora permaneça perceptível por meio do orientalismo. Segundo o autor, essa omissão costuma ser justificada por um argumento de cunho especialista, segundo o qual eruditos literários e filósofos “[...] são treinados, respectivamente, em literatura e em filosofia, não em política ou análise ideológica” (Said, 1990, p. 25). Said contrapõe a essa posição a constatação e argumento de que escritores do século XIX, e mesmo de períodos anteriores, estavam conscientes da realidade imperial, expressando em seus textos posições definidas sobre raça e imperialismo, como se observa, entre outros, em John Stuart Mill, Arnold, Carlyle, Newman, Macaulay, Ruskin, George Eliot e Dickens (Said, 1990).

Ainda que de modo mais sutil, a centralidade da autoria enquanto traço de individualidade também se faz presente quando Said se inscreve no próprio texto. O autor explicita que sua experiência de viver como estrangeiro no Ocidente foi um dos fatores que o motivaram a se dedicar ao estudo do orientalismo:

Muito do meu investimento pessoal neste estudo deriva da minha consciência de ser um "oriental" como uma criança que cresceu em duas colônias britânicas, toda a minha educação, nessas colônias (Palestina e Egito) e nos Estados Unidos, foi ocidental, e, no entanto, aquela profunda primeira impressão permaneceu. De muitas maneiras o meu estudo do orientalismo foi uma tentativa de inventariar em mim o oriental, os traços dessa cultura cuja dominação foi um fator tão poderoso na vida de todos os orientais. É por isso que para mim o Oriente islâmico teve de ser o centro da atenção (Said, 1990, p. 37).

Ao contrário de Michel Foucault, para Said, existe um traço subjetivo determinante dos escritores sobre suas produções naquilo que concerne ao orientalismo. Além disso, o autor, para Said, é implicado no seu objeto. Em sua abordagem, estabelece-se uma articulação entre texto e autor individual, de um lado, e a formação discursiva do orientalismo, de outro, da qual cada obra/autor é parte integrante. Ainda que Said mobilize sua própria experiência como elemento que tensiona a análise, *Orientalismo*, a obra, não se coloca fora do campo que descreve, mas integra o mesmo conjunto de práticas discursivas que examina; é, portanto, parte do mesmo arquivo, embora, é claro, seja o produto de um vasto e atualíssimo projeto crítico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que Said (1990) emprega a noção de discurso em consonância com a definição foucaultiana de discurso como prática histórica que produz objetos, saberes e posições de sujeito. Em *Orientalismo*, o discurso consiste um sistema de enunciados que estabelece regularidades temáticas, epistemológicas e políticas na produção ocidental do "Oriente". Said (1990) descreve o orientalismo como um discurso que permeia diferentes domínios da literatura, política, ciência, historiografia entre outros, o que corresponde ao procedimento foucaultiano de análise das formações discursivas, independentemente da distinção entre gêneros ou campos disciplinares.

A análise dos exemplos apresentados por Said (discursos políticos, textos literários, escritos econômicos e filosóficos) indica que o autor trabalha com a ideia de dispersão enunciativa elenada por regras de formação, ainda que essas regras não sejam explicitadas de modo sistemático nos termos arqueológicos de Foucault. O resultado é a identificação do orientalismo como um discurso relativamente estável, cuja coerência decorre da repetição diferencial de certos esquemas de inteligibilidade sobre o Oriente.

No que concerne ao conceito de arquivo, constatou-se que Said (1990) trabalha com uma noção compatível com a definição foucaultiana de arquivo como "lei do que pode ser dito", ainda que o termo não seja tematizado com a mesma centralidade conceitual que em *A arqueologia do saber* (Foucault, 2008). O orientalismo integra, desse modo, um conjunto acumulativo de textos, práticas e saberes que além registram o Oriente, o tornam historicamente legível e discursivamente disponível ao Ocidente.

Said (1990) concebe o arquivo orientalista como um sistema que organiza a memória cultural e científica do Oriente, permitindo que novos enunciados sejam produzidos a partir de regularidades já estabilizadas. A recorrência de determinados atributos como exotismo, irracionalidade, imobilidade histórica, indica a existência de um regime discursivos que antecede os autores individuais e condiciona suas formulações. Nesse sentido, o arquivo funciona como instância mediadora entre a historicidade dos discursos e sua permanência institucional.

No tratamento da autoria, os resultados indicam um afastamento mais evidente entre Said e Foucault. Enquanto Foucault (2009) propõe a noção de autor como função discursiva, descentrada da individualidade empírica e historicamente variável, Said (1990) atribui peso analítico à posição do autor individual na produção e circulação dos discursos orientalistas. A análise dos trechos em que Said (1990) comenta escritores, filósofos e intelectuais do século XIX mostra que a autoria é considerada a partir da responsabilidade intelectual sobre os enunciados, não apartada, é evidente, de suas condições históricas de produção.

Além disso, a incorporação da experiência biográfica por Said (1990) confere visibilidade à posição do intelectual como dimensão analítica do orientalismo. Essa escolha se inscreve no horizonte aberto pelo deslocamento foucaultiano do sujeito, ao privilegiar as condições históricas de funcionamento da autoria. A experiência intelectual passa, desse modo, a integrar a análise discursiva como elemento constitutivo da crítica cultural.

Em síntese, observa-se que Said faz uso seletivo das categorias de discurso e arquivo elaboradas por Foucault para pensar o orientalismo como formação discursiva histórica, integrando a esse quadro uma atenção particular à autoria. Dessa articulação resulta uma leitura em que regularidades discursivas e posições autorais constituem níveis analíticos distintos e reciprocamente implicados na inteligibilidade do orientalismo.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- FOUCAULT, M. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. *Estética*: literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298. (Ditos & Escritos, v. 3).
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault*: uma trajetória filosófica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- FOUCAULT, M. *Subjetividade e verdade*: curso no Collège de France (1980–1981). Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.
- GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux*: na Análise do Discurso – diálogos & duelos. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.
- HIDDLESTON, J. Foucault and Said: colonial discourse and Orientalism. In: HIDDLESTON, J. *Understanding postcolonialism*. Stocksfield: Acumen, 2009. p. 76-97.
- LEGG, S. Para além da província europeia: Foucault e o pós-colonialismo. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 39-56, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/12985>. Acesso em: 10 set. 2026.
- RACEVSKIS, K. Edward Said and Michel Foucault: affinities and dissonances. *Research in African Literatures*, v. 36, n. 3, p. 83-97, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3821365>. Acesso em: 10 set. 2026.
- SAID, E. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SIMIONI, R. L. Arquivo, História e Memória: Possibilidades de diálogo entre Luhmann e Foucault. *Lua Nova*, São Paulo, 97: 173-190, 2016.



Recebido em 30/04/2026. Aceito em 27/09/2026.

Publicado em 15/10/2026.